

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Corporativo
FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR
FRANCISCO GROS
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO
JORGE HILÁRIO GOUVEA VIEIRA

LUIS OCTAVIO DA MOTTA VEIGA — *Diretor Presidente*

DACIO MALTA — *Editor*
MANOEL FRANCISCO BRITO — *Editor Executivo*
R. SENTAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

FERNANDO ZENOBIO A. DE CARVALHO — *Diretor*
SERGIO REGO MONTEIRO — *Diretor*

Administração Atenta

O governo deu ontem algumas demonstrações de que está atento à administração do Plano Real em seu dia-a-dia. O ministro Ciro Gomes prometeu punição da Receita Federal contra o ágio na venda de automóveis, e o Banco Central voltou a intervir no mercado de câmbio para esvaziar alta especulativa de cotações.

A disposição de enfrentar os obstáculos à estabilidade econômica marca a enorme diferença entre o Plano Real e o mais ilustre dos oito antecessores — o Plano Cruzado. Isso torna inócuas as acusações de que o Real veio para funcionar como um engodo eleitoral.

Devido ao fator surpresa, o Cruzado tinha tudo para dar certo, se o governo tivesse disposição para as correções de rota indispensáveis. Por falta de coragem para fazer as mudanças apontadas pela equipe econômica, o presidente Sarney jogou fora a oportunidade. Preferiu explorar ao máximo os dividendos políticos. O plano fracassou nos objetivos econômicos e passou à história como estelionato eleitoral.

O Plano Real chegou cercado de dúvidas e incertezas, diante dos oito fracassos anteriores. Talvez, por isso mesmo, os formuladores tenham sido tão cautelosos, evitando os erros do engessamento de preços e salários. Apesar da liberdade de preços, a inflação de 16 de agosto a 15 de setembro, medida em dez capitais pelo IPC-r do IBGE, ficou em 1,51%. Mais espetacular foi o índice do custo de vida da Fipe na capital paulista: 0,78% nas quatro semanas encerradas sexta-feira.

Nenhum plano de estabilização pode liquidar a inflação antes de dois ou três anos de sacrifício coletivo. A equipe econômica está consciente disso e dos enormes riscos que representam os 30 anos de indexação da economia brasileira. Todo cuidado é pouco para evitar focos de reindexação inflacionária de preços e salários.

Mantidos os pressupostos da estabilização (equilíbrio fiscal, proibição da emissão monetária para cobertura de despesas fiscais, elevado nível de reser-

vas cambiais e a confiança na moeda), o governo precisa agir sempre para evitar movimentos especulativos na economia real, gerados por eventuais desequilíbrios entre oferta e demanda.

Ao perceber que as vendas estavam crescendo demais, devido à monetização de ativos financeiros, depois que a correção monetária veio quase a zero, o Banco Central apertou os controles monetários para dificultar os financiamentos que estavam superaquecendo o consumo.

Se os agregados econômicos estão sob controle, só a inércia do reflexo condicionado da indexação justifica que desequilíbrios setoriais gerem altas especulativas. A firmeza do governo, evitando que as montadoras fizessem o repasse do reajuste salarial dos metalúrgicos para os preços, tinha o objetivo didático de quebrar a coluna dorsal da indexação. Sem a indexação, a inflação caiu de 50% para 1,5%.

O ataque da Receita Federal para rastrear a origem do ágio no mercado de automóveis zero quilômetro nacionais e importados segue a estratégia de estabilização. Se os custos de produção não sobem e o dólar baixo barateia a importação, a queda deve ser transferida ao consumidor. A lógica da economia de mercado ensina que se ganha mais na margem de lucro vendendo-se mais, porque só assim utiliza-se plenamente a capacidade dos bens de produção.

O Brasil ainda está muito mal acostumado com o capitalismo. O ágio e o faturamento por fora refletem uma economia viciada. A melhor maneira de corrigir as distorções é através das próprias armas do mercado: usar as importações e intervir nos mercados financeiros para reverter expectativas e evitar oscilações bruscas, como fez o governo.

O alto nível de reservas e o câmbio favorável são armas que o governo não pode dispensar para enfrentar, com a facilidade às importações, os especuladores que apostam nos efeitos da estiagem no campo para puxar os preços de produtos — agrícolas ou não — para cima.